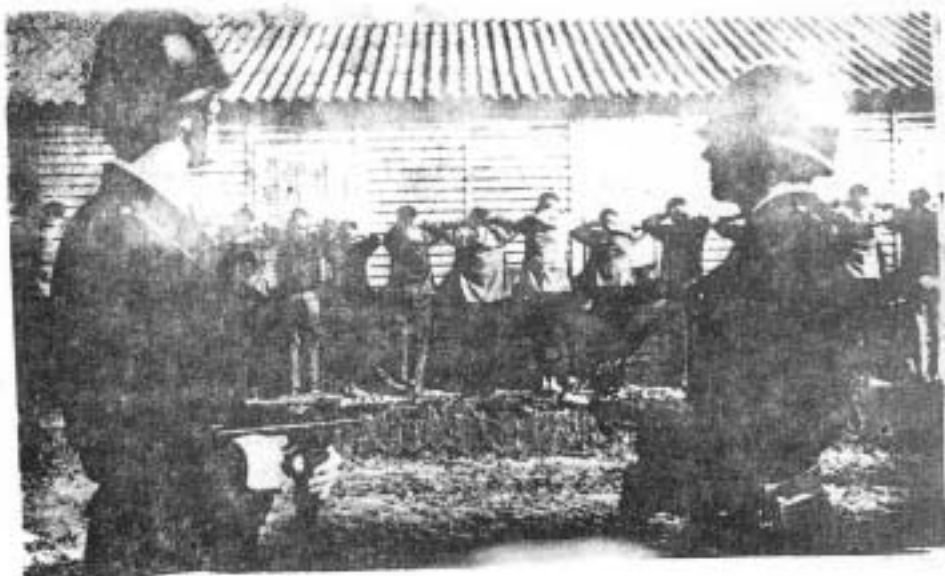


POIO AO PONTO

2.  
REFORMA  
E  
REPRESSÃO



PORQUÊ A INTERVENÇÃO POLICIANA



CADERNO

7



## A TÁCTICA REPRESSIVA DO GOVERNO PARA A UNIVERSIDADE

A táctica repressiva consubstanciada na nota oficiosa(1) e nas notificações da DGS às Direcções das AAEE exprime um compromisso político que terá necessariamente reflexos no próprio tipo de modificações a introduzir pela chamada reforma do ensino. Parece uma hipótese provável considerar que esse compromisso político se traduzirá no que se pode classificar como uma POLÍTICA DE REFORMA TECNOCRÁTICA MILITARIZADA DA UNIVERSIDADE cujas características mais salientes nos parecem ser:

### a) Garantir a rentabilização do investimento universitário.

- adequando convenientemente as estruturas dos cursos (nomeadamente com a distinção entre bacharelato e licenciatura), os conteúdos e a sua hierarquização, ao tipo de funções predominantemente exigidas pelo processo de acumulação capitalista sob o crescente controle imperialista: tarefas de controle de complexos de máquinas e de gestão subalterna. Ao mesmo tempo que uma minoria muito seleccionada (pela origem de classe, pela docilidade política) tem acesso às funções de decisão política e económica. Nesta selecção tem papel importante a construção do curriculum (peso enorme nos primeiros anos).

- Intensificando os ritmos de trabalho, por forma a no menos tempo possível produzir agentes que tenham memorizado o maior número de técnicas e processos parcelares e sobretudo interiorizado um comportamento, uma racionalidade que os torne disponíveis para a aplicação dessas técnicas a casos concretos. É este o significado dos chamados "métodos activos", que estimulam artificialmente a iniciativa no campo restrito em que de acordo com as funções predeterminadas isso seja útil ao patronato; iniciativa controlada totalmente pelo professor (que funciona como o mediador ideológico entre a realidade e o estudante, em que, a priori, detém a possibilidade de controlar por completo o trabalho); ao mesmo tempo que tudo o que não é directamente útil para o desempenho futuro da função é posto de parte ou perseguido.

É evidente que dos ritmos de trabalho e de memorização não ficam no fim do curso senão um conjunto disperso de pensamentos que se retiveram: é no exercício duma actividade assalariada que a formação profissional se adquire. E no caso português, o facto de se seguirem à universidade quatro anos de serviço militar em que grande parte do que tinha sido retido se perde, torna mais acentuado a aparente irracionalidade dos ritmos de trabalho elevados. Convém pois tentar explicar as suas razões políticas:

- a concentração no tempo de conteúdos a memorizar; a sua diversidade; o seu carácter abstracto e acabado; tudo o que for exigir uma crescente expropriação de tempo e de faculdades mentais (aulas, preparação de aulas e de "testes" frequentes) é uma aceitação do autoritarismo, e em si um factor de servilismo e de despolitização para uma massa de estudantes.

- a criação de dificuldades artificiais à aprendizagem, o esforço redobrado que se exige vai servir para que os estudantes interiorizem as justificações do papel que vão desempenhar nas hierarquias das fábricas e do aparelho de Estado e se constituam tendencialmente numa casta à parte.

- criando novas e mais eficientes formas de autoritarismo pedagógico que permitam impôr na prática esses ritmos e essa expropriação e obter a adesão forçada dos estudantes; procedam a uma rigorosa selecção e classificação individual (no sentido de escolher a minoria que percorrerá até ao fim o aparelho universitário, de aduçar as taxas de selectividade à maior entrada e às necessidades conjunturais do mercado de bacharéis e licenciados, de eliminar da Universidade os "pescos mortos" que irão acrescentar o exército de reserva de mão-de-obra semi-qualificada); permitam

substituir as antigas formas de enquadramento, divisão e parcelização dos estudantes e que já não são eficientes numa Universidade aberta a uma crescente massa de alunos.

Como exemplos destas formas de controle podemos indicar: substituição da aula magistral por aulas mais frequentes e pequenas, onde os assistentes controlam apertadamente o trabalho; substituição de exames finais decisivos por testes frequentes. Torna-se claro que as próprias dificuldades das financeiras do Estado e a rigidez das instituições universitárias impedirão que este projecto se concretize na totalidade criando na prática várias lacunas no enquadramento político dos estudantes.

#### b) Reforçar o autoritarismo administrativo na Universidade.

Autoritarismo que se exercerá quer pelo funcionamento de mecanismos institucionais - departamentalização, curriculum, horários, faltas, não utilização dos edifícios para actividades estudantis, etc. - quer pela utilização frequente de sanções: suspensões, processos disciplinares, etc.

Autoritarismo que se exercerá com o objectivo de garantir o controle político dos estudantes reprimindo as lutas que possam duravelmente perturbar a rentabilidade do investimento escolar e aproveitar as lacunas e disfuncionamento que acompanharão a reorganização do ensino superior; reprimir todas as iniciativas de discussão e informação políticas. Autoritarismo que não excluirá uma nítida participação minoritaria e consultiva que se destina a despoletar conflitos pela promessa de "actuações superiores" ou a prever os lugares em que esses conflitos poderão surgir; participação feita no quadro coorporativo através de formas descentralizadas (ex: comissões pedagógicas mistas controladas pelos professores) ou de uma instituição burocrática de enquadramento dos estudantes - que substituirá as AAEE - dependente financeiramente do aparelho do Estado (ver a acção futura da Acção Social Escolar no campo da prestação de serviços).

Convém notar que o reforço do autoritarismo administrativo e manutenção dos postos de direcção de algumas faculdades dos representantes políticos de fracções de classe em declínio (fracções características de outros modos de produção ou de fases anteriores do desenvolvimento do modo de produção capitalista) diminuirá a margem de manobra "integrativa" do poder de Estado face aos estudantes e às suas lutas.

Por último convém evidenciar que este reforço do autoritarismo administrativo aponta para a supersão das actividades das AAEE como organismos de massa, capazes de conduzir lutas unitárias (ex: vários anos, várias faculdades) e para o apoio às correntes que, no seio dos estudantes são tão disponíveis para um trabalho coorporativo (normalmente recrutadas entre a minoria seleccionada por razões sociais e políticas).

#### c) Obter a despolitização: reforço do enquadramento militar e policial sobre a Universidade.

Tata-se de impedir que os estudantes percebam globalmente a sua situação como produzida pela divisão de trabalho capitalista, agravada em Portugal por factores políticos específicos mediante a proibição da informação, das reuniões, da discussão política, tudo conducente ao reforço do monolitismo ideológico (dialecticamente ligado ao reforço dos autoritarismos).

Usar-se-ão para obter tal objectivo diversos instrumentos,

- a antecipação do serviço militar e a concessão de adiamentos dependentes de certificados de bom comportamento como instrumentos dissuasores da luta.
- a futura lei de imprensa.
- a intervenção directa das polícias.

Articular correctamente as características prováveis duma universidade portuguesa reformada, com a actual táctica repressiva; apontar claramente o objectivo principal desta - supressão da actividade das AAEE como organismos de massa; mostrar como a táctica repressiva pretende tornar viável a reforma é o último passo que precede a definição duma táctica estudantil correcta contra a repressão.

a) Os dois tipos de repressão que integram a táctica governamental são:

- repressão que fica a cargo das autoridades académicas que a podem exercer com larga autonomia sobre pessoas. É o caso de suspensões, processos disciplinares e instauração de processos criminais. . .)
- repressão que fica a cargo das autoridades policiais que exercem sobre instituições; . .) (ex: confiscação da máquina técnica, encerramento de instalações) quer sobre pessoas; . .). Repressão altamente centralizada e coordenada pelo Governo numa táctica una.

b) As preocupações dominantes que essa táctica repressiva parece ter são: Face a sucessivas e articuladas medidas repressivas contra a organismos de massa e estudantes isolados, pretende-se neutralizar politicamente grandes sectores de estudantes - isolando assim cada vez mais as AAEE - a fim de:

- evitar comprometer mais a adesão passiva ao projecto de reforma (cada vez menos sedutor como instrumento de mistificação ideológica).
- evitar um afrontamento global dos estudantes contra o poder de Estado numa fase de descontentamento popular latente, de fraca margem de manobra ao nível económico e de um difícil equilíbrio político.
- . fazer anteceder a repressão dum aviso em que se tornem bem claros os limites estreitos em que se pretende que as AAEE se movam: a discussão e a acção nos próprios termos em que a lógica opressiva da instituição sugere que se faça. Dando um ar pretensamente legalista.
- . fazer apelo à despolitização e aos tabus longamente interiorizados para levar os estudantes a considerar como político e portanto reprovável tudo o que não é recuperado no quadro de actuação do Governo para o projecto de reforma tecnocrático-militarizada.
- . continuando a aconer com a reforma apresentada como introdutora de alterações "profundas" na situação dos estudantes e não como um assunto interno do bloco social no poder que se resolverá pela crescente opressão dos estudantes - prometendo diálogo, ao mesmo tempo que os únicos organismos em que os estudantes poderiam exprimir livre e unitariamente as suas opções, são objecto de uma repressão que tende a suprimir a sua actividade.
- . ameaçando a massa dos estudantes com diversas medidas repressivas (a maioria a cargo dos CE - sobre quem mais uma vez cairão os custos políticos) e com o espantinho dos exames, para garantir a sua passividade face à escalada repressão.
- no quadro dessa neutralização política que pacientemente se quer construir, utiliza o governo todas as oportunidades para, a coberto duma repressão que se justifica por actividades unilateralmente (como é óbvio) definidas como políticas, atingir organizações e dirigentes estudantis.

(Ver notas na pag. seguinte).

(1) - A nota oficiosa de Janeiro/71 que (além de reforçar o autoritarismo administrativo na Universidade e de restringir o campo de acção das AAEE) legaliza a intervenção policial na Universidade sempre que as autoridades académicas o acharem necessário;

- "c) A gravidade de certas infracções não consente que os seus autores continuem a frequentar os estabelecimentos onde estão matriculados, pelo que determinarão a suspensão imediata dos responsáveis;
- d) A obstrução deliberada à realização das aulas não pode servir para beneficiar os infractores, reduzindo a matéria do programa, pelo que deve ser sempre observado o disposto no artigo 64º § único, do Estatuto da Instrução Universitária, que manda afixar o sumário da lição, considerando o seu conteúdo matéria de exame;
- e) As Associações de Estudantes não podem continuar a exorbitar dos seus fins, pelo que deverão cessar toda a actividade de propaganda política e toda a actuação ilegal, que nada têm a ver com a vida da Universidade, sem o que se sujeitarão automaticamente às sanções previstas na lei;
- f) Os edifícios de utilização comum dos estudantes, designadamente as cantinas, não podem servir para fins diferentes das queles a que se destinam, pelo que terão de ser encerrados embora com manifesto prejuízo da maioria dos estudantes, que muito se desejaria evitar, se forem usados para outros fins;
- g) Desde que as autoridades académicas se vejam impossibilitadas de manter a disciplina nos edifícios públicos que lhes estão confiados, o restabelecimento da ordem será assegurado pela autoridade competente, ficando os responsáveis pelos actos de indisciplina ocorridos sujeitos a todas as consequências legais."

A recente carta do M.E.N. à Direcção do I.S.C.E.F. (acerca da entrada da polícia em Económicas), reafirma a política repressiva do Governo para a Universidade delineada na nota de Janeiro/71 e considera o "caso I.S.C.E.F." um desvio dessa mesma política, uma vez que não foram as autoridades académicas a chamar a polícia de choque, nem a decidir do grau de violência a utilizar "... intervenção da força pública neste estabelecimento sem ter sido autorizada pela competente autoridade académica ou pelo M.E.N.... se produziram depois factos que não estão conforme com as orientações desde sempre traçadas pelo Governo e até agora observadas nas intervenções da força pública em edifícios escolares". O que aqui se condena não é a intervenção da polícia mas a intervenção sem a prévia autorização - note-se que a polícia já interveio de forma igualmente brutal, a pedido das autoridades académicas, em Direito e no Industrial em 70/71, sem que estas condenassem essa brutalidade. Seguidamente o M.E.N. não perde o ensejo de enunciar o seu projecto Universitário (e de mais uma vez reafirmar a política que ele definiu na nota de Janeiro/71): a defesa férrea do isolamento dos estudantes da realidade social que os cerca. Nas suas palavras: "... que nas suas instalações não sejam concertadas reuniões e manifestações contrárias às decisões das autoridades académicas e susceptíveis de se repercutir na ordem pública".